

Para um plano econômico

Economia - Brasil

Armínio Fraga Neto

SALTA aos olhos a necessidade da implementação de uma política econômica coerente e afinada com as aspirações do país. O Plano Cruzado nos deixou de herança uma elevada taxa de inflação, uma precária situação externa e a perspectiva de um período de estagnação pela frente. As causas de seu fracasso são bem conhecidas: os preços foram congelados e a demanda não foi controlada. Esta combinação explosiva levou ao surgimento de uma clássica inflação reprimida e à subsequente desorganização do sistema produtivo.

Posto de outra forma, podemos dizer que houve excesso de controle a nível das empresas e falta de controle a nível da política macro. Mas não foi só isso. A total instabilidade das regras do jogo econômico fez também com que a única mola do crescimento — o investimento — se retraísse, comprometendo o futuro do país. Deste quadro podemos extrair três princípios que devem formar a base de um plano eficaz e duradouro de combate à recessão e estímulo ao crescimento: 1. Controle e estabilidade a nível macro; 2. Liberdade a nível micro; 3. Definição e manutenção das regras do jogo.

O primeiro princípio clama por um compromisso do Governo com a

criação e a preservação de um ambiente macroeconômico estável. Para tanto, é necessário atacar as principais fontes de desequilíbrio. No lado fiscal, é fundamental dar transparência aos orçamentos do Governo. Somente assim se pode definir com consciência as prioridades e, desta forma, evitar os tradicionais excessos. Os gastos correntes do Governo não devem exceder a sua capacidade de arrecadação. Os preços públicos devem ser fixados única e exclusivamente por critérios de eficiência. Os investimentos públicos devem obedecer a padrões rígidos de custo-benefício social. Suas fontes de financiamento devem respeitar a capacidade de poupança do país.

No lado monetário, deve-se exigir do Banco Central um compromisso explícito com o combate à inflação. Em contrapartida, deve ser conferida total autonomia ao Banco Central na condução da política monetária, nos moldes do sistema norte-americano. O ponto chave aqui está na credibilidade que a independência daria à atuação da autoridade monetária. Com credibilidade, a reação dos agentes econômicos às políticas oficiais seria mais rápida, o que reduziria substancialmente os custos da estabilização dos preços. Não existe outro caminho para a criação de uma moeda forte.

Respeitado o primeiro princípio, fica fácil a adoção do segundo. As

difficultades e ineficiências das economias planificadas são bem conhecidas. A desaceleração do nível de atividade que ora se inicia é um bom exemplo, pois foi em grande parte causada pela própria desorganização da economia. A liberalização dos preços sob a âncora da estabilidade macro restauraria a força do mercado e estimularia a produção e o investimento. O controle de preços como instrumento de “combate” à inflação seria desnecessário, podendo retornar às suas origens de prevenção do abuso do poder de monopólio.

Finalmente, cabe observar que grande parte das incertezas que hoje atormentam os agentes econômicos provém da própria atuação do Governo. Em 1986, por exemplo, as regras de tributação dos ativos financeiros foram alteradas cerca de sete vezes. Cabe, portanto, complementar os dois primeiros princípios com uma urgente definição das regras do jogo econômico. Destacam-se o sistema tributário, a política de comércio exterior e o tratamento do investimento estrangeiro, mas não vamos entrar em detalhes aqui. Uma coisa é certa: só com regras estáveis será possível atingir os níveis de investimento e poupança necessários ao crescimento tão cobijado pelo país.